

13. PROCEDIMENTO POR LOTES "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE":

Da **DMOSM** propondo a aprovação das propostas constantes do relatório final e adjudicação das empreitadas referentes aos lotes: 1 – Montélios, lote 2 – Torre Europa, lote 3 Makro e lote 4 - Quinta da Fonte, bem como a aprovação das minutas de contrato respetivas, constantes do processo.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)

2018/11/20

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: *Concurso Público para a "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE"*

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: *Câmara Municipal de Braga*

Empreitada de "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE"			
Vocabulário Principal, CPV 45432110-8 Obras de pavimentação	LOTE:	PREÇO BASE:	PRAZO MÁXIMO EXECUÇÃO:
	LOTE 1 - MONTÉLIOS	776.679,20€	240 dias
	LOTE 2 - TORRE EUROPA	624.074,16€	240 dias
	LOTE 3 - MAKRO	602.963,62€	180 dias
	LOTE 4 - QUINTA DA FONTE	628.024,55€	240 dias

Membros efetivos:

Gaspar Silva (Presidente)

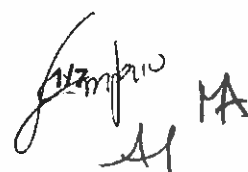
Ana Martins

Miguel Mesquita

Membros suplentes:

Manuel Dantas (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Paula Pereira

 MA

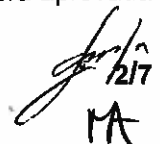
Reunião efetuada em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, e republicado com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, com as retificações publicadas pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017 de 30 de outubro e Declaração de Retificação n.º 42/2017 de 30 de novembro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 2553/2018, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 79, de 23 de abril de 2018, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do 2º relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes

II.- Audiência Prévia e Ordenação das Propostas:

O júri apreciou cuidadosa e detalhadamente a pronúncia apresentada pelo concorrente **José Moreira Fernandes & Filhos, SA** ao 2º Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas, censurando a recomendação de exclusão da proposta por si apresentada, fundamentada no facto de, naquela se mostrar contrariado, em vários aspetos, o projeto de execução que integra o caderno de encargos posto a concurso, conforme impõe o n.º 1 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos.

Com efeito, o projeto de execução constitui o conjunto de documentos escritos e desenhados que definem e caracterizam a conceção funcional, estética e construtiva da obra, compreendendo, designadamente, o projeto de arquitetura e os projetos de engenharia. O projeto de execução representa a solução de definição da obra, não estando na disponibilidade dos concorrentes – porque não constitui aspeto submetido à concorrência pelo caderno de encargos – modificar o seu conteúdo, os termos das suas prescrições, nem as soluções ali preconizadas.

Em sede de análise das propostas após a realização da primeira audiência prévia, o júri verificou que, efetivamente, o concorrente José Moreira Fernandes & Filhos, SA, em diversos momentos da sua proposta, apresenta especificações relativas à obra a executar que contrariam o que se mostra previsto no projeto de execução, contradições essas que identificou na fundamentação que suporta a proposta de exclusão da proposta. De tais especificações resulta que o empreiteiro declara que pretende executar a obra em termos que divergem do projeto de execução. A aceitação de tais divergências significaria o consentimento pelo dono da obra que a obra se realizasse em divergência com a solução de definição da obra aprovada


12/7
MA

e que, como tal, concretiza a forma como a realização do interesse público é interpretado pela pessoa coletiva pública encarregada de o prosseguir: o Município de Braga.

Por esses motivos, porque o legislador não pretende que os concorrentes se substituam – através dos termos constantes das respetivas propostas – aos órgãos com competências legalmente atribuídas para a realização do fim público, sancionou com a exclusão as propostas que contrariassem os aspetos não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

A solução suscitada pelo concorrente, em audiência prévia, para solucionar as divergências patentes da proposta com o caderno de encargos – esclarecimentos e suprimento da proposta, prevista no artigo 72.º – foi ponderada, mas não pôde ser considerada, atento o enquadramento legal dos aludidos institutos.

Efetivamente, o júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e da avaliação das mesmas. Os esclarecimentos a prestar pelos concorrentes não podem contrariar os elementos constantes dos documentos, não podendo constituir forma de suprir omissões que determinem a sua exclusão.

Adicionalmente, o júri deve proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido. Estes erros – o erro de cálculo ou de escrita – há-de ser um erro revelado no próprio contexto da declaração, um erro ostensivo, evidente, manifesto, perceptível de forma evidente para qualquer destinatário médio: é preciso que, ao ler o texto logo se veja que há erro e logo se entenda o que o interessado queria dizer.

Neste particular, o júri entendeu usar de prudência e ponderação, dado que uma interpretação que se não atenha estritamente ao fim e objetivo da norma, pode abrir margem a que qualquer motivo de exclusão da proposta (uma violação do preço base, um prazo incumprido, um planeamento desconforme com o caderno de encargos) possa ser entendido como um mero lapso, gerando correções que não mais representariam que violações do princípio da estabilidade das propostas.

No caso concreto da proposta apresentada pelo concorrente, a metodologia elaborada pelo concorrente, como se disse, contraria, em diversos aspetos, as especificações técnicas do caderno de encargos. Essas contradições estão inequivocamente declaradas e resultam em declarações de interpretação inequívoca. Não suscita ao júri dúvida do sentido das declarações inscritas na memória descrita. Diferentemente é considerar estranho que o adjudicatário tenha declarado o que declarou (contrariado como contrariou), sabendo que contrariar o caderno de encargos dita a exclusão da proposta. Porém, a formulação deste juízo não está consentida ao júri pelo artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos. Solicitar ao concorrente um

3/7
JA

esclarecimento consistiria em permitir-lhe que declarasse, após a entrega da proposta, coisa distinta do que havia declarado nesta.

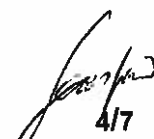
Por estes motivos, porque as superações das contradições técnicas constantes da memória descritiva da proposta só poderiam ocorrer no quadro de uma modificação das declarações nela prestadas, o júri entendeu que não poderia haver lugar ao pedido de esclarecimento previsto no referido normativo legal.

Como elucida a jurisprudência administrativa, nos termos do artigo 249.º do Código Civil, a declaração só é retificável se for visível, pelo seu próprio contexto ou através das circunstâncias em que foi feita, que a mesma decorreu de erro de cálculo ou de escrita. Por isso essa norma não abriga o direito à correção de erros de qualquer outro tipo. Os pedidos de esclarecimentos feitos ao abrigo do disposto nos artigos 70.º/1, 166.º/1 e 183.º/1 do Código dos Contratos Públicos não se destinam a suprir erros, omissões ou insuficiências das propostas mas, apenas e tão só, a tornar mais claros e transparentes os seus atributos, os seus elementos ou os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato (Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo 0498/13, de 10/07/2013).

Assim, o júri deliberou, por unanimidade, **manter inalterada a recomendação de exclusão da proposta** apresentada pelo concorrente **José Moreira Fernandes & Filhos, SA**, com os fundamentos constantes do 2º Relatório Preliminar.

O Júri apreciou, igualmente, os argumentos apresentados pelo concorrente **José Moreira Fernandes & Filhos, SA** relativa à proposta apresentada pelo seu concorrente **Alexandre Barbosa Borges, SA**. O Júri reapreciou a proposta apresentada por este concorrente e verificou que da mesma constam o plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos foi efetivamente apresentado, tendo sido dado cumprimento ao disposto nos artigos 57.º, n.º 2, b) e 361.º do Código dos Contratos Públicos. O caderno de encargos não estabelece limites mínimos e máximos (nos termos do n.º 5 do artigo 42.º) para a composição e caracterização dos meios, razão pela qual, do teor de tais planos apresentados pelo concorrente **Alexandre Barbosa Borges, SA**, não resulta a violação de qualquer termo ou condição do caderno de encargos.

Assim, o júri deliberou, por unanimidade, **manter inalterada a admissão** da proposta apresentada pelo concorrente **Alexandre Barbosa Borges, SA**.



4/7
MK

III.- Recomendação ao órgão decisor:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

I. A exclusão da proposta do concorrente José Moreira Fernandes & Filhos, SA;

II. A ordenação das propostas, nos termos seguintes:

➤ **LOTE 1 - MONTÉLIOS**

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1º	CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES, SA.	€648.059,05
2º	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, SA.	€673.262,91
3º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA	€688.114,80
4º	DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA.	€689.147,53
5º	EMPRESA DE CONSTRUÇOES AMANDIO CARVALHO, SA.	€728.268,88

➤ **LOTE 2 - TORRE EUROPA**

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA	€507.175,31
2º	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, SA.	€543.889,72
3º	DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA.	€565.674,04
4º	EMPRESA DE CONSTRUÇOES AMANDIO CARVALHO, SA.	€624.002,47

➤ **LOTE 3 - MAKRO**

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA	€510.251,82
2º	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, SA.	€523.848,37
3º	DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA.	€553.264,88

➤ **LOTE 4 - QUINTA DA FONTE**

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA	€510.395,80
2º	DST - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, SA.	€542.848,66
3º	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, SA.	€545.127,67

5/7 MA
41

III. A adjudicação da empreitada.

> LOTE 1 - MONTÉLIOS

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES, SA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada relativa ao **Lote 1 - Montélios**, lhe seja adjudicada pela quantia de **€648.059,05**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

> LOTE 2 - TORRE EUROPA

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada relativa ao **Lote 2 - Torre Europa**, lhe seja adjudicada pela quantia de **€507.175,31**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

> LOTE 3 – MAKRO

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada relativa ao **Lote 3 - Makro**, lhe seja adjudicada pela quantia de **€510.251,82**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

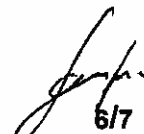
> LOTE 4 – QUINTA DA FONTE

Face ao que foi referido anteriormente e pelo facto do concorrente **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada relativa ao **Lote 4 – Quinta da Fonte**, lhe seja adjudicada pela quantia de **€510.395,80**, a que acresce o IVA à taxa em vigor.

III.1 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução/lote correspondente a 5% do preço contratual, aos adjudicatários de cada lote, nos termos do artigo 25º do Programa de Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.



6/7
MA

II.2 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

II.3 – Contrato Escrito

- *Minuta do contrato*

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação das minutas dos contratos, em anexo, a celebrar com os adjudicatários.

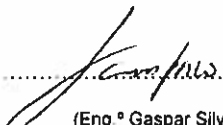
III – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação aos adjudicatários e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do "Relatório Final".


Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, os adjudicatários serão igualmente notificados:

- Para apresentarem os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para a prestação da caução;
- Para se pronunciarem sobre as minutas dos contratos.

O Júri do Procedimento


.....
(Eng.º Gaspar Silva)


.....
(Eng.ª Ana Martins)


.....
(Eng.º Miguel Mesquita)

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.6.18.DMOSM-1

"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE" – LOTE 1 – MONTÉLIOS.

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES, S.A., com sede na Rua do Louredo, n.º 447, União de Freguesias de freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães, concelho de Guimarães, 4800-214 Guimarães, pessoa coletiva n.º 500326517, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães sob o mesmo número, com o capital social de € 1.500.000,00, (um milhão e quinhentos mil euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.6.18.DMOSM**, para a contratação de empreitadas de obras públicas por lotes - **4 LOTES** -, tendo por objeto a **"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE"**, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19.º conjugado com o artigo 46.º-A, ambos do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 27789, de 09/04/2018 e de compromisso n.º 39762, de 19/11/2018, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de

encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29 de dezembro 2017; _____

- c) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra correspondente ao **LOTE 1 – MONTÉLIOS** objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; _____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

_____ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.** _____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada correspondente ao **LOTE 1 – ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS, EM MONTÉLIOS**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

_____ 2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____ Os trabalhos de empreitada serão executados, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____. O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 648.059,05 (seiscentos e quarenta e oito mil, cinquenta e nove euros e cinco cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

_____. 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

_____. 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

_____. 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

_____. 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F09 – Arranjos Exteriores**. _____

_____. 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

_____. 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

_____. O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados da data da consignação da obra, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

_____. 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*

Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____ 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____ 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária

prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo. _____

____ 2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*, e de acordo com a cláusula 34.ª do caderno de encargos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____ A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____ 1. O dono da obra designa **José Nuno Costa Matos Perelra** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____ 2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____ 3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____ 1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____ 2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____ a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**. _____

____ b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@cjr.pt**. _____

____ 3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____ 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. _____

____ 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____ 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

____ 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____

____ 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas. _____

____ 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a: _____

____ a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato; _____

____ b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados; _____

____ c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais; _____

_____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas; _____

_____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais; _____

_____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais; _____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato. _____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. _____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. _____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. _____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor. _____

Artigo 16.º
(Foro competente)

_____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

_____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

_____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

_____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

_____ 1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa. _____

_____ 2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período. _____

_____ 3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas. _____

_____ **Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.** _____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Braga, de novembro de 2018.

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.6.18.DMOSM-2

"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE" – LOTE 2 – ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA.

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA., com sede no lugar de Martim d'Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.6.18.DMOSM**, para a contratação de empreitadas de obras públicas por lotes - **4 LOTES** - tendo por objeto a **"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE"**, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19.º conjugado com o artigo 46.º-A, ambos do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 27789, de 09/04/2018 e de compromisso n.º 39763, de 19/11/2018, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de

encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29 de dezembro 2017; _____

- c) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra correspondente ao **LOTE 2 – ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA** objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; _____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

_____ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.** _____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada correspondente ao **LOTE 2 – "ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

_____ 2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____ Os trabalhos de empreitada serão executados, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 507.175,31 (quinhentos e sete mil, cento e setenta e cinco euros e trinta e um cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

_____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

_____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

_____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

_____ 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F09 – Arranjos Exteriores**. _____

_____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

_____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

_____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados da data da consignação da obra, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

_____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*

Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produz-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____ 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____ 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária

prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo. _____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*, e de acordo com a cláusula 34.ª do caderno de encargos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa **José Nuno Costa Matos Pereira** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**. _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@abborges.pt**. _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

_____. 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

_____. 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. _____

_____. 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

_____. 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

_____. 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____

_____. 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas. _____

_____. 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a: _____

_____. a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato; _____

_____. b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados; _____

_____. c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais; _____

_____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

_____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

_____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

____ 1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa. _____

____ 2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período. _____

____ 3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas. _____

____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. _____

Braga, de novembro de 2018.

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.6.18.DMOSM-3

"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE " – LOTE 3 – ENVOLVENTE DA MAKRO.

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»; _____

E

Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA., com sede no lugar de Martim d'Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**»._____

Considerando que:_____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.6.18.DMOSM**, para a contratação de empreitadas de obras públicas por lotes - **4 LOTES** - tendo por objeto a **"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE"**, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19.º conjugado com o artigo 46.º-A, ambos do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor._____
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 27789, de 09/04/2018 e de compromisso n.º 39764, de 19/11/2018, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de

encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29 de dezembro 2017; _____

- c) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra correspondente ao **LOTE 3 – ENVOLVENTE DA MAKRO** objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; _____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

_____ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.** _____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada correspondente ao **LOTE 3 – “ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS – ENVOLVENTE DA MAKRO”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

_____ 2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____ Os trabalhos de empreitada serão executados, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 510.195,62 (quinhentos e dez mil, cento e noventa e cinco euros e sessenta e dois cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

_____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

_____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

_____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

_____ 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F09 – Arranjos Exteriores**. _____

_____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

_____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

_____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data da consignação da obra, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

_____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*

Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____ 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____ 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária

prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo. _____

____ 2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos, e de acordo com a cláusula 34.ª do caderno de encargos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____ A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____ 1. O dono da obra designa **José Nuno Costa Matos Pereira** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____ 2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____ 3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____ 1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____ 2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____ a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**. _____

____ b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@abborges.pt**. _____

____ 3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____ 4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____ 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. _____

____ 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____ 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

____ 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____

____ 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas. _____

____ 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a: _____

____ a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato; _____

____ b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados; _____

____ c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais; _____

_____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas; _____

_____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais; _____

_____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais; _____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato. _____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. _____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. _____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. _____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor. _____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

____ 1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa. _____

____ 2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período. _____

____ 3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas. _____

____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. _____

_____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

_____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

_____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

_____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

_____ 1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa. _____

_____ 2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período. _____

_____ 3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas. _____

_____ **Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes.** _____

Braga, de novembro de 2018.

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.6.18.DMOSM-4

"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE" – LOTE 4 – QUINTA DA FONTE.

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por **«Dono da Obra»**; _____

E

Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA., com sede no lugar de Martim D'Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por **«Empreiteiro»**. _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.6.18.DMOSM**, para a contratação de empreitadas de obras públicas por lotes - **4 LOTES** - tendo por objeto a **"ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS EM MONTÉLIOS, ENVOLVENTE DA TORRE EUROPA, ENVOLVENTE DA MAKRO E QUINTA DA FONTE"**, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 19.º conjugado com o artigo 46.º-A, ambos do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor. _____
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 27789, de 09/04/2018, e de compromisso n.º 39766, de 19/11/2018, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de

encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29 de dezembro 2017; _____

- c) No seguimento do *Relatório de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra correspondente ao **LOTE 4 – QUINTA DA FONTE** objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; _____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; _____

_____ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.** _____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____ 1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada correspondente ao **LOTE 4 – ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS URBANÍSTICAS E ARQUITETÓNICAS – QUINTA DA FONTE**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

_____ 2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. _____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____ Os trabalhos de empreitada serão executados, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 510.395,80 (quinhentos e dez mil, trezentos e noventa e cinco euros e oitenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

_____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

_____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

_____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

_____ 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F09 – Arranjos Exteriores**. _____

_____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

_____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazos de execução da empreitada)

_____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contados da data da consignação da obra, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

_____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*

Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____ 2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____ 1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____ 2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____ 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária

prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo. _____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos, e de acordo com a cláusula 34.ª do caderno de encargos. _____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 12.º

(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa **José Nuno Costa Matos Pereira** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º

(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**. _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@abborges.pt**. _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____ 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____ 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. _____

____ 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____ 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

____ 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____

____ 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas. _____

____ 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a: _____

____ a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato; _____

____ b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados; _____

____ c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais; _____

_____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

_____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

_____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º **(Invalidade parcial)**

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º **(Foro competente)**

____ Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

____ 1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa. _____

____ 2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período. _____

____ 3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas. _____

____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. _____

Braga, de novembro de 2018.

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,
